

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 287-A, DE 2016, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA OS ARTS. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 E 203 DA CONSTITUIÇÃO, PARA DISPOR SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REQUERIMENTO Nº , DE 2017.

(do Sr. Arlindo Chinaglia)

Requer a realização de Audiência Pública
para debater a PEC 287/2016.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de audiência pública para debater a PEC 287/2016, com a participação das Srs:

- Sr. Marcelo Abi-Rama Caetano, Secretário de Previdência Social;
- Sr. Dyogo Oliveira, Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Sr. Osmar Terra, Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário;
- Sr. Marcelo Barros Gomes, representante do Tribunal de Contas da União;
- Representante da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Representante da Receita Federal do Brasil;
- Sr. Leonardo Gadelha, Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
- Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP;

- Sra. Joana Mostafá, Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Representante da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM;
- Representante da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS;
- Representante da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL;

JUSTIFICAÇÃO

A oitiva dos representantes dos variados órgãos ministeriais, das entidades e especialistas que tem por objeto a compreensão do sistema de proteção social, em especial da Previdência Social e da Assistência Social, visa permitir aos parlamentares desta Comissão conhecer não apenas os termos expressados no texto da Proposta de Emenda, mas também a repercussão das mudanças propostas na vida de segurados, servidores públicos e pensionistas partícipes no sistema previdenciário.

O/A convidado/a prestará relevantes esclarecimentos, necessários ao aprofundamento da matéria objeto da presente proposição, inclusive considerando a necessidade de conhecimento, pelos Parlamentares, da política de informação gerada e controlada pelo Poder Executivo quanto aos dados relativo a receita e despesas de cada sistema, que será fundamental para formação do juízo de convencimento dos congressistas.

Além disso, tais audiências permitirão que se verifique segurança jurídica de tais medidas para o sistema previdenciário nacional, para além de propiciar a apresentação de sugestões de aperfeiçoamento da proposta.

Por estas razões apresentamos o presente Requerimento, confiantes no apoio dos demais integrantes da Comissão.

Sala da Comissão, em 13 de fevereiro de 2017.

Deputado Arlindo Chinaglia
Deputado Federal
PT/SP